

CAMINHANDO COM OS INVISÍVEIS: A PESQUISA EM PROCESSOS EDUCATIVOS E PRÁTICAS SOCIAIS¹

Paulo César Antonini de Souza – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Débora Monteiro do Amaral – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

RESUMO

O presente artigo busca discutir a pesquisa em práticas sociais procurando pontuar, a partir de quatro dissertações de mestrado, as relações entre pesquisadores, pesquisadoras, colaboradores e colaboradoras, elementos que se apresentam como possibilidades de elaboração de uma pedagógica latino-americana capaz de desmitificar a invisibilidade dos oprimidos. Para isto, pontuamos e discutimos cinco características, que a nosso ver, são fundamentais para a pesquisa em práticas sociais: Pesquisa em comunhão; Engajamento; Aproximação política; Processo social e histórico e Intencionalidade.

PALAVRAS CHAVE

Práticas sociais; processos educativos; invisíveis

WALKING WITH THE INVISIBLE: THE RESEARCH ON EDUCATIONAL PROCESSES AND SOCIAL PRACTICES

ABSTRACT

This article discusses the research in social practices trying to score, from four dissertations, relationships between researchers and collaborators, elements that present themselves as possibilities of establishing a Latin American pedagogical able to cease the myths in invisibility the oppressed. For this, we point to and discuss five characteristics that we believe are fundamental for research in social practices: Research fellowship; Engage; Political approach; Social and historical process and Intentionality.

KEYWORDS

Social practices, educational processes, invisibles

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada durante o II Seminário de Pesquisas em Práticas Sociais e Processos Educativos organizado por discentes de doutorado e docentes da linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos nos dias 16 e 23 de novembro de 2010.

1. UMA INTRODUÇÃO À PESQUISA COM OS INVISÍVEIS

Não se dá importância ao pensar e agir das pessoas (invisíveis). Esta atitude vai tornando-as subalternas, culturais e socialmente. Sem sentir, pensar e agir, não se tem identidade, torna aculturada, assumindo-se como um “invisível” (CANANÉA, 2003, p.139).

Ao considerarmos o protagonismo de homens e mulheres no reconhecimento de sua existência e a dimensão de suas culturas, nos aproximamos, contextualizamos e compreendemos as distintas manifestações humanas, cuja relevância nos leva para a pesquisa em práticas sociais, constituída em respeito ao saber de experiência de seus atores. Segundo Oliveira e col. (2009a), nesta modalidade de pesquisa:

Os atores são participantes das relações sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, políticas e históricas, o que permite que se apropriem dos valores e comportamentos de seu tempo e lugar, lutando pela sua existência. Não são, portanto, essas pessoas, meros receptáculos das situações que ocorrem na sociedade na qual vivem (p.6).

É no respeito à presença destas pessoas no mundo, realizada por meio de articulações e organizações próprias e por sua resistência às interferências que ignoram suas diferenças e não consideram as dificuldades, limitações sociais e políticas nas quais se encontram, que tem início o papel dos pesquisadores e pesquisadoras das práticas sociais. A assunção da pesquisa em práticas sociais, porque fundada no diálogo e na participação consensual de todas as pessoas envolvidas, contribui por seu caráter político com a práxis libertadora. Práxis que se mostra por meio da *pesquisa de corpo encarnado*², recusando o olhar da *torre de marfim*³.

Nesse sentido consideramos necessária a desmitificação da invisibilidade que é dada aos oprimidos, e que os situa em uma condição de inferioridade histórica, política, econômica, social, étnico-racial e cultural. Indo ao encontro da superação desta condição, destacamos o processo de libertação, premissa do Ser que nos totaliza humanos⁴. Pela libertação, homens e mulheres podem

² A pesquisa de corpo encarnado, sobre a qual nos aprofundaremos mais adiante, encontra fundamentos na fenomenologia de Merleau-Ponty (2006).

³ Essa expressão, que encontra referências nos mitos judaico-cristãos e também em obras da antiguidade greco-romana, refere-se a uma pressuposta pureza distante das preocupações cotidianas. Paulo Freire (2005) faz uma crítica a essa postura ao associá-la à docência bancária, que trazemos também para a pesquisa organizada e desenvolvida de forma distante e alheia aos entes do mundo.

⁴ É significativo destacar que totalizar-se humano, no sentido que utilizamos aqui, significa ter os direitos reconhecidos por toda a comunidade/sociedade a que pertencemos, de maneira que os saberes, valores e crenças de cada pessoa

protagonizar o reconhecimento de sua existência, na qual as dimensões da cultura popular se mostram presença operante da conscientização.

Chauí (2007) em sua análise sobre o *mito fundador* brasileiro e a sociedade autoritária destaca os interesses políticos e econômicos que se estruturam a partir da naturalização das classes sociais, no desenvolvimento dos mitos da identidade nacional e do *verdeamarelismo*. Após discorrer sobre os elementos que estruturam a sociedade brasileira, a autora, referenciando outros estudiosos, reflete:

A existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos milhões de desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e à incompetência dos miseráveis. A existência de crianças sem infância é vista como tendência natural dos pobres à vadiagem, à mendicância e à criminalidade. Os acidentes de trabalho são imputados à incompetência e à ignorância dos trabalhadores. As mulheres que trabalham fora, se não forem professoras, enfermeiras ou assistentes sociais, são consideradas prostitutas em potencial e as prostitutas, degeneradas, perversas e criminosas, embora, infelizmente, indispensáveis para conservar a sanidade da família (p. 93).

No contexto desse pensamento, as desigualdades sociais se apresentam naturalizadas por uma “cultura senhorial” e sobrevivem como características de uma suposta cultura brasileira, que encontra referências na ideologia histórica das representações criadas no *mito fundador*, sempre adequadas à contemporaneidade. No sentido dessa construção preconceituosa, Paulo Freire e Enrique Dussel, em suas obras, chamam a atenção para a mitificação dos oprimidos, que ao ter sua existência ignorada ou negada, adquirem a condição de invisíveis.

Os autores, cada qual em sua especificidade, desvelam, debatem e questionam histórica e socialmente os enredamentos que instituíram essa invisibilidade: “‘Mitificar’, na ciência histórica, é fixar limites outorgando-lhes um valor absoluto e, por isso mesmo, desvalorizando "o anterior", ou simplesmente negando-o” (DUSSEL, 1997, p. 13-14), que Freire (2005) identifica como a *absolutização da ignorância*, cujas forças se encontram na palavra que decreta ou procura instituir o *não-ser*.

Assim, os invisíveis são os homens e as mulheres que não tem a possibilidade – uma vez que esta lhe é negada – de ter a identidade reconhecida fora de seus grupos e comunidades de origem, encontrando-se oprimidos pelo desrespeito à sua relevância histórica, social ou cultural. Essa postura desrespeitosa minimiza sua existência e torna desvalida uma parte significativa da

sejam, no mínimo, respeitados por todas as demais. Em nossa prática, acreditamos que não basta nascer *homo sapiens* para ser humano.

sociedade, que é colocada à margem de decisões cujo alcance político lhes garantiria direitos que não podem usufruir plenamente em sua cidadania. Destacamos, porém, que eles e elas têm sua visibilidade garantida quando interesses específicos intencionam uma sensibilização pública.

Vemos essa intenção de visibilidade garantida quando eventos de alcance mundial, como a Copa do Mundo de futebol, recebem destaque pelos meios de comunicação. O pressuposto de que todo brasileiro ou brasileira tem habilidade nata para o futebol ou interesse natural pelo tema é um exemplo significativo, tanto no que diz respeito para o que e para quem olhamos, como no entendimento de quem orienta esse olhar mitificador. No sentido desta abordagem, Bitencourt (2009), em esboço sobre a significação do futebol para a constituição de uma identidade brasileira, considera que:

[...] a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos atualizam os princípios liberais que orientam nossas relações sociais, quais sejam: a igualdade e a competição. [...] os diferentes eventos esportivos reafirmam nossos mitos, justificam nossas práticas e organizam nosso entendimento sobre o mundo, os outros – não ocidentais – e nós (p.185).

O processo de constituição de uma identidade fugaz, alimentada na assunção de mitos produzidos e destacados pela mídia também é o mesmo que alavancou o interesse para com os povos africanos e suas culturas, durante a cobertura da Copa do Mundo de 2010, tirando-os temporariamente da invisibilidade. Mesmo nessa perspectiva, a do interesse pela cultura africana, identifica-se certa tolerância – amparada por uma curiosidade frente ao exótico ou folclórico – no que concerne aos hábitos e costumes tradicionais destes homens e destas mulheres.

Enquanto os olhares brasileiros se voltavam para os até então invisíveis africanos, no Brasil comunidades inteiras bastante próximas ao tema dos noticiários que traziam a África em destaque, permaneciam em sua invisibilidade. Como podemos ver em matéria sobre a Favela do Mandela, publicada pelo site Último Segundo (PLATONOW, 2010), onde os habitantes enfrentam cotidianamente, situações que levaram o autor do texto a associar a realidade dos moradores locais com o *apartheid*⁵. Para uma moradora do local ouvida pela reportagem:

⁵ Mesmo sendo maioria na África do Sul, a população negra viveu um regime político no qual a discriminação racial era reconhecida pela Constituição. *Apartheid* quer dizer Separação no dialeto africâner. Essa situação existiu de 1948 até 1990, quando após pressão constante de comunidades internacionais e da ONU, o presidente Frederik de Klerk condenou o regime e libertou líderes políticos, entre eles, Nelson Mandela (IBGE, 2010).

[...] o cenário da favela lembra o da África do Sul, terra do líder Mandela. “Só que lá a gente vê a situação e se comove. Mas a mesma coisa acontece aqui. O povo brasileiro deveria olhar mais para as nossas comunidades carentes, para aqueles que ainda estão no esgoto e na lama. Porque a nossa vida aqui é difícil, não é diferente deles [sul-africanos]. Também somos um povo sacrificado.” (PLATONOW, 2010, s/p).

Como proposta para a desmitificação da invisibilidade de alguns frente a outros, a pesquisa em práticas sociais se realiza por diálogos respeitosos com grupos e/ou comunidades colocadas à margem da sociedade. Desvelam-se nesses diálogos os processos educativos por meio dos quais seus indivíduos significam, ordenam e realizam criativamente sua expressividade cultural, na qual se considera a historicidade humana no mundo como: “[...] uma constelação de valores, em cuja figura o homem vai traçando sua própria imagem. Por isso, todas as suas atividades, carregadas de significação axiológica, entretencem seu mundo – a cultura” (FIORI, 1991, p.85).

Consideramos necessário destacar o sentido deste diálogo, cuja essência traz cinco características, que a nosso ver, mostram-se indispensáveis para a pesquisa respeitosa no campo educacional e sobre as quais discorreremos a seguir trazendo como exemplos pesquisas realizadas com as práticas sociais de quatro grupos de pessoas tornadas invisíveis a partir de sua marginalização econômica, social, de gênero; política e cultural.

2. PESQUISA EM PRÁTICAS SOCIAIS: SABERES EM COMUNHÃO

Nos últimos três anos, temos tido um contato bastante próximo com os processos educativos que se desenvolvem em práticas sociais. Estudantes do mestrado e doutorado, na linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos na área de Processos de Ensino e Aprendizagem da Universidade Federal de São Carlos, vimos conhecendo autores e autoras que consideram o saber das classes populares; nos inserimos em espaços onde esses saberes se desenvolvem e; trocamos conhecimentos com outros pesquisadores e pesquisadoras do tema.

A construção de tal processo educativo pessoal nos fez refletir ainda mais sobre nossa existência enquanto pesquisador e pesquisadora atuantes e profissionalmente ativos na área educacional. O destaque dado por Oliveira e col. (2009a) à pesquisa em práticas sociais e processos educativos, discutindo seus objetivos, quem são e onde estão os participantes desse processo; o estudo de trabalhos já realizados na perspectiva da educação não escolarizada, e o contato com as

novas pesquisas voltadas ao assunto, nos estimulou a tentar organizar a discussão que se segue, procurando contribuir ainda mais para a visibilidade desses saberes.

Destacamos que na perspectiva dos estudos das práticas sociais há a busca pela compreensão de que “o não ser, é”, e, em respeito a essa premissa, não nos cabe questionar o que é melhor ou pior, e sim tentar colocar-nos no lugar do outro para tentar compreender o ponto de vista que é diferente do nosso. Para Oliveira e col. (2009a):

Há um olhar interior, que enxerga o invisível, que se vale de todos os sentidos. Se o olho não vê, há sempre a possibilidade de busca de outros referenciais. Se o olho vê, podemos nos perguntar sobre o que vemos, também buscando outros referenciais. Olhar, sentir, tocar, ouvir, fazer. Estranhar e amadurecer o estranhamento, perguntar-se, perguntar. Nesse olhar, permitir-se um espaço entre as cenas, espaço de reflexão, de suspensão, de pergunta que nos prepara para melhor compreender o que se dará a ver a seguir (p. 13).

As pesquisas em práticas sociais não procuram, em seus resultados, explicar o ser humano, pois, consideram sua existência e participação ao longo do processo como uma ação em essência, dialógica e intencionalmente humanizada. Por isso, devemos ter a certeza de que todo ser humano desenvolve e se desenvolve em práticas sociais e, mesmo em um contexto de opressão as pessoas conseguem sobreviver em suas culturas.

Entretanto, uma vez que o movimento da libertação, por combater a manipulação ideológica das camadas sociais dominantes (DUSSEL, 1997), se pauta na cultura popular é importante observar que formas são utilizadas para a compreensão das manifestações dessa cultura. As manifestações da arte na cultura popular, por exemplo, adquirem um caráter significativo para a percepção desse caminho, uma vez que carregam características temporais, sazonais, históricas e expressivas que são comunicadas por meio da dança; pintura; escultura; gravuras; músicas, canções e dramatizações.

Nesse contexto, Gonçalves e Silva (2003, p.115), em discussão sobre o multiculturalismo na educação lembram-nos que: “Por meio da arte, podemos captar identidades minoritárias, constituídas de forma fragmentadas nas frestas do cotidiano.”, afirmação que encontra sentido na descrição que Freire (1992) faz de seu contato com as classes populares do Haiti, cuja expressividade só era permitida no diálogo não-verbal:

Era a primeira vez que, diante de tamanha boniteza, de tamanha criatividade artística, de uma tal quantidade de cores, eu me sentia como se estivesse, e de fato estava, em frente a

uma multiplicidade de discursos do povo. [...] Pintando não apenas se mantinham, mas mantinham, também, em si, possivelmente sem o saberem, o desejo de ser livres (p. 161).

A relevância dessa compreensão se funda também na surpresa do contato com a realidade, como disse Oliveira (2010, s/p) em aula sobre o convívio e o diálogo na aproximação com os colaboradores e as colaboradoras da pesquisa em práticas sociais: “Surpreender-se é bom porque você sempre aprende algo. Até na própria surpresa”.

No sentido desse aprendizado, destacamos a **Pesquisa em Comunhão**, trabalhando com os sujeitos de maneira que estes e estas não sejam subordinados à, e sim, colaboradores do processo, uma vez que acreditamos ser este processo, humano em sua base. Nesse contexto, sujeito é o colaborador, o ser humano integrado à realidade criticamente, transformando-a com sua práxis, o participante que não apenas tem seus conhecimentos e saberes sugados, e sim, o ou a participante que constrói com o pesquisador e a pesquisadora o trabalho em desenvolvimento.

Na relação de comunhão, conhecimentos são colocados à disposição e respeitados num processo de conscientização de todos e de ampliação do conhecimento acerca daquela realidade. Impossível, pois, nesta relação, tanto girar sem saída em torno do senso comum, quanto girar em torno do conhecimento sistemático do educador, como expressão inequívoca da realidade que se quer transformar (OLIVEIRA, 2009, p. 313).

Em seguida, destacamos o **Engajamento**. A escolha política do pesquisador e da pesquisadora que se entrega em garantia, comungando com os colaboradores e colaboradoras da pesquisa na defesa de suas opiniões, da maneira pela qual se expressam e dos significados que sustentam o exercício de suas práticas sociais. O engajamento existe como uma forma de militância que acredita, porque vê e compreende os sentidos e respeita os movimentos desenvolvidos pelas pessoas ou grupos que acompanham em suas pesquisas. É a capacidade, como nos diz Freire (2001), de mobilização em direção a objetivos próprios, mediante os quais, escolhemos e assumimos posturas de envolvimento e re-criação permanente, em um processo esperançoso. O engajamento é a ação *consciente encarnada* que valoriza e percebe no Outro, o companheiro e a companheira de trabalho. Para Oliveira e col. (2009b, p.5):

A melhor forma de assegurar a participação e confiança da comunidade é através de pessoas da própria comunidade, atuando frente aos problemas, pois eles são quem podem identificar as dificuldades e possíveis soluções a partir de suas condições e percepções. A figura de um membro da comunidade diminui a desconfiança, expectativa e preconceitos gerados frente a um estranho. As soluções apontadas pela comunidade estão mais próximas do sucesso, porque partem das experiências e conhecimentos vividos pela população. Deste

modo, a participação da comunidade em todas as etapas do programa favorece a sua eficácia.

No contexto dessa realização, vem a **Aproximação Política**. E justamente porque, como já dissemos anteriormente, não existe neutralidade na experiência humana. A aproximação política luta pela mudança porque acredita na transformação. É o trabalho que se desenvolve pautado na existência do pesquisador e da pesquisadora, por meio de uma aproximação que se identifica com o povo porque é culturalmente popular, uma vez que, como diz Fiori (1991, p.90) os sujeitos que participam efetivamente da produção do mundo são os que “têm o direito e o dever de assumir sua função de sujeito do processo da cultura. Os que trabalham e transformam o mundo são o povo, e sua cultura é a ‘cultura popular’”.

A aproximação política que permeia e motiva a pesquisa colabora na constituição de um sentido mais amplo de nossa prática para a compreensão dos processos educativos que carrega: “[...] é do próprio dinamismo constitutivo da consciência humana, como intersubjetividade, que resulta a direção ativa e racional do processo histórico, do processo social. E, neste sentido, a politicidade é algo de essencial ao homem” (FIORI, 1991, p.104).

Essa aproximação se contextualiza e se desvela no **Processo Social e Histórico** de nossa existência. A consequência de nossas escolhas, o desenvolvimento do caminho que traçamos. O processo social e histórico que traz e organiza o método e a forma dos pesquisadores e das pesquisadoras no contato com as práticas sociais, indicam, quando para eles se volta a atenção, quem são essas pessoas e porque elas são da maneira que são, uma vez que o ser humano é um *ente histórico*, culturalmente situado. A origem das investigações desenvolvidas por pesquisadores e pesquisadoras dos processos educativos em práticas sociais tem suas raízes envoltas na história de vida deles e delas, são faces de sua própria existência.

Finalmente, temos a **Intencionalidade**. Esta, em sua premissa, poderia condensar todas as demais características apresentadas porque já é em si, ação humana original. A intencionalidade auxilia e movimenta ao mesmo tempo em que é auxiliada e movida por nós. A intencionalidade desvela-se na percepção do mundo, do Outro, dos entes e das relações que se constituem nessas experiências. É o *corpo encarnado* que experimenta e se move na busca contínua da compreensão de si e do mundo, de maneira temporal e intersubjetivamente.

Enquanto tenho um corpo e através dele ajo no mundo, para mim o espaço e o tempo não são uma soma de pontos justapostos, nem tampouco uma infinidade de relações das quais minha consciência operaria a síntese e em que ela implicaria meu corpo; não estou no espaço e no tempo, não penso e espaço e o tempo; eu sou no espaço e no tempo, meu corpo aplica-se a eles e os abarca (MERLEAU-PONTY, 2006, p.194-195).

É o nosso corpo que nos permite reconhecer o Outro e a multiculturalidade da sociedade. Essa multiculturalidade que surge nas ruas, na expressividade dos grupos e para a qual a pesquisa em práticas sociais se move originada pelo *processo social e histórico* de seus e suas participantes: pesquisadores, pesquisadoras, colaboradores, colaboradoras. São pesquisas que se constituem por uma *aproximação política, engajada e, intencionalmente* voltada para o desvelamento e compreensão dos saberes daqueles e daquelas que *comungam* o desenvolvimento da investigação. É uma pesquisa de *corpo encarnado*.

Por essa razão, ao nos inserirmos em um contexto outro que o nosso, mediante o confronto dos valores em que nos pautamos e aqueles existentes no e para o grupo/comunidade em que ou com o qual nos inserimos, muitas vezes vivenciamos um incômodo existencial e de revolta. O incômodo que sentimos possibilita experienciar percepções que, mesmo quando sabidas teoricamente, nos eram estranhas, e cuja assunção ou não a partir desse encontro vivido, desvela significados que pontuam nossa pesquisa.

O contato desarmado e consciente com a pesquisa em práticas sociais requer suspender o conhecimento e estar atento aos nossos julgamentos. Por isso reeducar o olhar é olhar para compreender, sem esperar ver/encontrar o que eu “acho” que já está lá. Como destaca Gonçalves Junior (2008, p. 76-77): “Apenas indo à coisa mesma, ou seja, aos sujeitos situados na região de inquérito – lugar ontológico no qual se inserem conhecimentos específicos – e interrogando-os é que se poderá desvelar o fenômeno que se encontra oculto”.

O distanciamento talvez seja um dos grandes desafios para o pesquisador e a pesquisadora, principalmente quando levamos em consideração o discutido até então, mas é justamente por ver sentido nesta ação e por acreditar nos objetivos desta pesquisa, que vale a pena ultrapassar este obstáculo. Estar encharcado e/ou encharcada na prática, mergulhado e/ou mergulhada demais em um contexto, inviabiliza ou dificulta o “olhar distante”.

3. A ESCOLHA POLÍTICA NA PESQUISA EM PRÁTICAS SOCIAIS

A vida humana é política. O que ela pode não ser, é politizada⁶. Por essa razão, e até para que a continuidade de uma sociedade não politizada prevaleça, é que existe a manutenção da neutralidade, apresentada de forma explícita na educação que busca a erudição de seus participantes a partir da aderência das ideologias dominantes.

Nesse sentido, imbuídos da certeza de que é necessária a coerência dos pesquisadores e pesquisadoras em comprometimento com seu trabalho na busca por outras compreensões a respeito dos processos educativos que se desvelam ao longo do processo histórico humano, reunimos neste texto o trabalho de dois pesquisadores e duas pesquisadoras, em formação, de processos educativos em práticas sociais. É sempre válido lembrar que o ser humano é feito de relações e é pelas relações que percebemos e/ou vemos o mundo, porque nos expomos e porque compartilhamos nossas experiências.

Neste contexto, a pesquisa de Ribeiro Junior (2009) com os processos de criações audiovisuais nos mostra a relevância do trabalho em comunhão e do *fazer com*, a partir da convivência com jovens participantes de um grupo de dança de rua, em um bairro periférico de São Carlos. Segundo o autor, a pesquisa considera os saberes que carregam em sua existência os processos: “[...] de conscientização, de aproximação crítica da realidade de todos e todas envolvidos e envolvidas nele” (RIBEIRO JUNIOR, 2009, p.21).

Para Ribeiro Junior (2009) a opção pela pesquisa-ação revela o lado militante do pesquisador, justificando o uso desta metodologia por acreditar que esta, parte de uma visão de mundo que explicita uma intencionalidade e, se a humanização e a desumanização aparecem como possibilidades no processo histórico, a ciência, como processo de construção de conhecimento, não pode ficar alheia a estas possibilidades. No desenvolvimento de seu trabalho, percebemos a responsabilidade do pesquisador e a relação de confiança criada entre ele e os membros do grupo Arte Urbana. Segundo o autor:

⁶ Afirmamos essa condição pautados, principalmente, na obra de Paulo Freire, para quem a conscientização se dá em diálogos que contemplem uma práxis política e politizada de homens e mulheres no mundo para transformá-lo. Segundo Fiori: “Ao povo cabe dizer a palavra de comando no processo histórico-cultural. Se a direção racional de tal processo já é política, então conscientizar é politizar. E a cultura popular se traduz por política popular; não há cultura do Povo, sem política do Povo” (FREIRE, 2005, p.22).

Quando uma atividade é feita com outra pessoa, ambas aprendem e ensinam. A montagem de uma coreografia é o maior exemplo disso: a coreografia coesa é a soma das contribuições de cada um e cada uma. Aquele sabe um passo, aquele outro passo e no final, depois de meses ensaiando, o resultado é uma dança coreografada em que todos e todas contribuíram. (RIBEIRO JUNIOR, 2009, p.99)

Ao nos percebermos no mundo e com as pessoas no mundo reconhecemos novos ambientes de ensino e aprendizagem, onde se desvelam processos educativos por meio dos quais as pessoas se educam em relações pautadas por ajuda mútua. O processo de educar e educar-se se dá no sentido de que, enquanto seres humanos, nos percebemos inacabados, nos vemos em constante modificação, construção e inserção no mundo e, assumindo-nos assim, participamos conscientemente de sua transformação.

Para que possamos estar *no* e *com* o mundo e nos perceber e o perceber inacabado, é preciso que tenhamos uma presença consciente no mesmo, isto é, entender que por vezes somos *condicionados* pela sociedade em que vivemos, mas, nem por isso, esta deve nos *determinar*. Entender o mundo como inacabado é entender que minha ação no e com ele pode e deve caminhar no sentido de modificá-lo e transformá-lo.

Nesse sentido, o educar e o educar-se no curso de Pedagogia da Terra (AMARAL, 2010), exigem um entendimento de mundo e de realidade que deve estar pautado em ações formativas deste curso. É preciso que educandas, educandos, educadoras e educadores entendam a seriedade desta formação, pois eles e elas têm um compromisso de transformação social. Não teria sentido falar sobre isso se educandas e educandos não se assumissem como tal, reconhecendo-se como sujeitos capazes “[...] de conhecer e que quer conhecer em relação com outro sujeito igualmente capaz de conhecer” (FREIRE, 1992, p.47).

O conhecimento exige do ser humano uma presença curiosa face ao mundo. Exige uma busca constante, na qual as pessoas inventam e reinventam o mundo em que vivem. Nas relações de ensinar e aprender para conhecer, destacamos a curiosidade crítica, insatisfeita e indócil, pois, como diz Merleau-Ponty (2004, p. 141): “Não há consciência que não seja sustentada por seu engajamento primordial na vida e pelo modo desse engajamento”.

Amaral (2010) nos lembra que o diálogo, no percurso de educar e educar-se, é a essência da educação como prática da liberdade, pois com ele ocorre o encontro dos homens e das mulheres que, em sua mediação pelo mundo, se solidarizam na reflexão-ação. A pesquisadora destaca que,

nesse processo homens e mulheres se reinventam no mundo e este movimento favorece as suas próprias relações educativas, por meio das quais se unem para combater a opressão.

Destacamos também, na busca do educar e educar-se o saber ouvir, pelo qual as pessoas se preparam para melhor se colocar e, de forma respeitosa discordar, se for necessário, defendendo sua posição de uma postura passiva ou neutra. O homem e a mulher são capazes de refletir sobre si e sobre a sua atividade e, com isso, transformar o mundo.

A intencionalidade política dos movimentos sociais que visam ser transformadores e emancipadores na construção de um novo modelo de educação e sociedade, objeto de estudo da pesquisadora (AMARAL, 2010) dão mostras de sua postura na luta ao lado destes homens e mulheres, sem a prepotência de conquistá-los e sim do caminhar juntos. A proposta é a de vivenciar práticas que unifiquem as pessoas rumo ao mesmo objetivo de libertação: “Os heróis são exatamente os que ontem buscaram a união para a libertação e não os que, com seu poder, pretendiam dividir para reinar” (FREIRE, 2005, p. 167).

Em sua pesquisa sobre a cultura popular nas manifestações de lazer, Souza (2010) encontrou junto aos sentidos que os praticantes de mergulhos e saltos em uma área de risco no rio Jacaré Pepira, localizado na cidade de Brotas, interior de São Paulo, elementos que aproximam sua prática à busca pela liberdade. Tanto no que diz respeito às obrigações da vida cotidiana – compromissos familiares e profissionais, quanto às determinações sociais impostas – como na relação entre gêneros.

Segundo este autor, o diálogo possível entre as interfaces Lazer - Cultura Popular – Arte – Educação se mostra na compreensão de que o ser humano se relaciona integralmente com os entes de sua existência, *afetando* e sendo influenciado na condição que o faz ser quem é. Essas percepções carregam um sentido peculiar, pois se realizam em determinados contextos culturais, geralmente por meio de manifestações do lazer e da arte, configurando processos educativos que são individualmente significativos e análogos a valores ordenados pelas experiências que cada pessoa realiza.

Para o autor (SOUZA, 2010), essas manifestações, desveladas por meio da fala de seus colaboradores, permitem um outro olhar para a cultura popular e para a prática social lazer no campo da educação, partindo da compreensão de que os processos de ensino e aprendizagem não se realizam determinados por uma relação ideologizada entre teoria e prática:

Uma postura afetiva às relações do cultivo humano na expressão de sua criatividade, carregada pelos valores sensíveis de seu *estar-no-mundo*, contemplando, nesse processo, sua atitude face ao tempo, dimensão e liberdade do lazer que vivenciam, fundamentaria a construção da nova pedagógica, seja mediada pelos processos educativos escolares ou não escolares, mas sempre em busca do ser mais a que todos e todas temos direito. (SOUZA, 2010, p.111).

Souza (2010) compartilha a postura de que a busca pelo reconhecimento desses valores, manifestos pela linguagem, operando como organizadora de ideias e constituindo situação, é parte fundamental da construção da pesquisa em práticas sociais, considerando a experiência de seus sujeitos que oferecerem-nos dados para reflexão e compreensão dos fenômenos.

O ser humano tem o seu referencial, desenvolvido a partir de suas relações com outras pessoas e com o mundo em que vive. Na pesquisa de Fabiana Rodrigues de Souza (2007) intitulada “Saberes da vida da noite: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes”, encontramos a categoria “*a vida na noite ensina*”, que diz:

A vida na noite ensina a não baixar a cabeça perante os problemas, ensina a pessoa a lutar e nunca desistir de seus objetivos. Na noite, por vezes, as mulheres que prestam serviços sexuais se deparam com situações em que se sentem perdidas, e frente a diversas experiências vivenciadas, elas aprendem a agir diante de tais situações (p.80).

A sensibilidade no aprender e ensinar do saber de experiência é destacada pela pesquisadora (SOUZA, 2007) a partir do convívio da vida noturna destas mulheres que prestam serviços sexuais. Segundo Souza (2007), a mulher está na noite disposta a viver novas experiências, aprendendo novos valores e estratégias de ação, comportamento e conhecimentos, na relação com as pessoas que as procuram. Por sua vez estas pessoas, quando dispostas também aprendem, pois muitas vezes os clientes não procuram apenas sexo, e sim “[...] seu saber de experiência, construído a partir de suas vivências na prática social da prostituição” (p.82).

Segundo Souza (2007), para que os processos educativos ocorram, as pessoas devem permitir-se que algo lhes aconteça, ter disponibilidade, sensibilidade e gostar do viver. Para aprender com a noite isso é indispensável, ou seja, “[...] a vida na noite ensina, e as pessoas que convivem nela, como a prostituta e o cliente, dentre outras, aprendem na medida em que se relacionam entre si e com o mundo” (SOUZA, 2007, p.90).

O envolvimento dos pesquisadores e pesquisadoras que apresentamos acima, mesmo tendo finalizado estas fases de suas pesquisas, tiveram continuidade. Na prática profissional, no prosseguimento ou aprofundamento da investigação original, ou no interesse alimentado pelas palavras de seus participantes em novas pesquisas. Em concordância com Souza (2010, p. 111-112):

As relações que atravessam nossa vida, como sujeitos históricos no mundo, em cada gesto, sorriso ou frase, resguardada em pensamentos às vezes não muito nítidos, mas cujos sentidos nos são culturalmente referentes, são fundamentais para a constituição de nosso ser, potencializando-se como a base de um projeto educacional latino-americano (p.111-112).

A imersão, nesse sentido, não é aquela que cobre, afogando. É a que envolve, que se torna parte. Vale a pena pensar sobre o que nós entendemos frente aos processos educativos que se desenvolvem em práticas sociais, quando dizemos EU. A pesquisa em práticas sociais toma o caráter de uma filosofia de vida: um *Ser com-os-outros-no-mundo*, cujo processo de construção é conjunto e se faz nas pesquisas, nos estudos, nas aulas e nas conversas.

CONSIDERAÇÕES

A compreensão que buscamos alcançar com a escrita deste texto, nos traz, nova e felizmente, outras questões que também buscam compreensão. Porém, talvez o questionamento mais premente é: afinal, *serão os invisíveis tão invisíveis assim?*

Se as pesquisas realizadas até o momento considerando a educação não escolarizada, em todo o Brasil, tem oferecido – como nos quatro trabalhos apresentados neste artigo, um olhar distinto para as práticas sociais e os processos educativos que delas emergem, quão necessária será ainda, a luta pelo reconhecimento dos saberes da educação popular?

A necessidade desta luta se estrutura em uma busca por re-conhecimento e libertação que é constante, na qual as percepções são sempre novas – o que não poderia ser diferente considerando a diversidade de nossas pesquisas e de todos aqueles e aquelas envolvidos em seu desenvolvimento.

O conhecimento trazido à contemplação – e conseqüente reflexão – das pessoas que se encontram na Academia são repletos de diálogos. Diálogos que não se realizam apenas

verbalmente, que acontecem com o corpo, no uso de instrumentos, com a pintura, na dança, enfim, no desenvolvimento das diversas práticas sociais em que os seres humanos se constituem.

Para os pesquisadores e pesquisadoras de práticas sociais, esse diálogo nem sempre é confortável, muito pelo contrário, é um diálogo onde o sofrimento, da faina⁷, pede espaço para se mostrar. No entanto, como disse uma estudante de pós-graduação no seu desabafo em face do contato com educandos e educandas de uma escola de periferia onde se inseriu, na pesquisa em práticas sociais: “há um braço em nossa cintura. Um braço de zelo”.

Nesse sentido, é importante atentarmos que o universo social está presente na escola, mas o currículo não contempla a vida. O currículo, a metodologia, o programa, seguem um roteiro determinado por alguém que idealizou aquele local e o que se deve fazer lá dentro. A vida escolar, dentro desta perspectiva, não dá espaço para a vida fora dela. Esta vida, por sua vez, não dialoga com a estrutura que alguém pensou para aquele local e, os processos educativos do popular que ela carrega acabam se perdendo, ou mantendo-se velados.

No contato com a realidade e com os processos educativos que se realizam nas práticas sociais, a percepção ingênua cede seu lugar a uma percepção *para-si* e estimula o descobrimento de sua força criadora, que é carregada de uma esperança crítica. Assim, ressignificamos nossas pesquisas no entendimento de que ressignificar é constituir novamente o significado de alguma coisa que já perdeu seu significado, seja em que momento for. Ou seja, todos nós nos ressignificamos, e à nossa vida o tempo todo, porque significamos tudo sempre.

Não é pesquisar em si, mas compreender que pesquisando, estamos nos ressignificando, não apenas como pesquisadores ou pesquisadoras, mas como seres humanos. Os mesmos seres humanos, que em sua suposta visibilidade, também são invisíveis para outras esferas sociais. Compreendendo dessa maneira, vemos que não estamos caminhando com os invisíveis, e sim, caminhando *uns-com-os-outros*.

⁷ Faina é uma expressão popular que diz respeito à sensação de exaustão experimentada por homens e mulheres após realizar um trabalho intenso.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Débora M. **Pedagogia da Terra: olhar dos/as educandos/as em relação à primeira turma do estado de São Paulo**. 2010. 241f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BITENCOURT, Fernando G. Esboço sobre algumas implicações do futebol e da copa do mundo para o Brasil: identidade e ritos de autoridade. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 173-189, maio 2009.

CANANEIA, Fernando A. Cultura dos invisíveis e educação popular. In: BRENNAND, Edna G. G. (Org.) *O labirinto da educação popular*. JP: Editora universitária/ UFPB, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **História do povo brasileiro: Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Paulinas, 1997.

FIORI, Ernani M. **Textos escolhidos: v.II. Educação e Política**. Porto Alegre: L&PM, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo. Cortez, 2001.

GONÇALVES JUNIOR, Luiz. Lazer e trabalho: a perspectiva dos líderes das centrais sindicais do Brasil e de Portugal em tempos de globalização. In: _____. (Org.). **Interfaces do lazer: educação, trabalho e urbanização**. São Paulo: Casa no Novo Autor, 2008. p.54-109.

GONÇALVES, Luiz Alberto O.; SILVA, Petronilha B. G. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas políticas. **Educação e Pesquisa**, vol. 29, n. 001. USP, São Paulo. p.109-123. jun. 2003.

IBGE. **Apartheid, o racismo legalizado** – Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/discriminacao/apartheid.html> Acesso em: 08 abr. 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A dúvida de Cézanne. In: _____. **O olho e o espírito: seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne**. Tradução de Paulo Neves e Maria E. Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p.121-142.

_____. **Fenomenologia da percepção**. 3^a ed. Tradução de Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

OLIVEIRA e col., Maria Waldenez; OLIVEIRA, Melissa N. G.; PIRES, Daniela; MONTRONE, Aida V. G. **Educação entre pares com jovens para promoção da saúde e direitos reprodutivos: Práticas Sociais e Processos Educativos**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. 2009b. Disponível em: < http://www.processoseducativos.ufscar.br/barcelona_adolescente.doc>. Acesso em: 08 abr. 2011.

_____.; SILVA, Petronilha B. G.; GONÇALVES JUNIOR, Luiz; GARCIA-MONTRONE, Aida V.; JOLY, Ilza Z. Processos educativos em práticas sociais: reflexões metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: 32^a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED): Sociedade Cultura e Educação: novas regulações, 2009, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu, ANPED, 2009a. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/trabalho_gt_06.html>. Acesso em: 08 abr. 2011.

OLIVEIRA, Maria W. Pesquisa e trabalho profissional como espaços e processos de humanização e de comunhão criadora. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 79, p. 309-321, set./dez. 2009.

_____. **Pesquisa e trabalho profissional como espaços e processos de humanização e comunhão criadora**. Aula ministrada em 25 mai. 2010. UFSCar, São Carlos, SP.

PLATONOW, Vladimir. **Com IDH africano, Favela do Mandela vive apartheid social no Rio**. Portal IG - Último segundo, 2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/n1237663875136.html>> Acesso em: 08 abr. 2011.

RIBEIRO JUNIOR, Djalma. **Criação audiovisual na convivência dialógica em um grupo de Dança de Rua como processo de educação humanizadora**. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SOUZA, Fabiana R. **Saberes da vida da noite: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes**. 2007. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SOUZA, Paulo C. A. **Lazer e processos educativos: mergulhos culturais na bacia do salto**. São Carlos, 2010. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

PAULO CÉSAR ANTONINI DE SOUZA

Professor de Arte da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP) em São Carlos, SP; doutorando na linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos (PSPE) no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); membro do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física (NEFEF/UFSCar); associado e secretário da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana (SPQMH/UFSCar).

E-mail: pauloantonouza@gmail.com

DÉBORA MONTEIRO DO AMARAL

Educadora do Serviço Social do Comércio (SESC) em São Carlos, SP; tutora virtual do curso de Pedagogia à distância da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), doutoranda na linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos (PSPE) no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); membro do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física (NEFEF/UFSCar).

E-mail: de_ufscar03@yahoo.com.br